

## ARTIGO DE NOTA PRÉVIA COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS: SUBSISTÊNCIA E INFORMALIDADE.

**Sara Costa Martins Rodrigues Soares**

**Viviane Rocha Barbosa**

**Larissa Pereira Aguiar**

Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO

Email: saracmrs@gmail.com

**Título da Sessão Temática:** Alimentos, nutrição e saúde.

**Evento:** VII Encontro de Monitoria e Iniciação Científica

### RESUMO

Diante desse contexto econômico de urbanização e desemprego em todo o território nacional, os trabalhadores tiveram que se readaptar, sendo o comércio ambulante de alimentos um nicho de atuação de crescente destaque. Esse serviço tem como característica a agilidade ao preparar a refeição e a facilidade do consumidor em comprá-lo. Mas em contraparte, esse crescimento desordenado do alimento comercializado nas ruas é alarmante, pois afeta diretamente a saúde pública devido as não conformidades higiênico-sanitárias durante a produção e exposição do produto, proporcionando as DTAs. Diante disso, o objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil dos vendedores ambulantes de alimentos em Fortaleza e identificar as condições higiênicas sanitárias do alimento. Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa está estruturada em quatro etapas: revisão de literatura, elaboração do projeto, aplicação do questionário e análise dos resultados. Será considerado como critério de inclusão as praças com maior fluxo de pessoas e comércio informal, serão excluídos os estabelecidos conhecidos como “FoodTrucks”. Espera-se verificar quais são os alimentos mais comercializados, os principais motivos que levaram estes trabalhadores para essa área, limites e possibilidades da atuação, questões socioeconômicas e peculiaridades da comunidade que estão inseridos enquanto trabalhadores, bem como ver as principais conformidades e não conformidades que esse tipo de comercio envolve.

**Palavras-chave:** Alimentação Coletiva. Manipulação de alimentos. Doenças Transmitidas por Alimentos. Condições de trabalho.

### INTRODUÇÃO

Para discutir acerca do comércio ambulante de alimentos e sua estrutura primeiramente torna-se necessário avaliar os contextos econômicos que perpassam atualmente o Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (2019), o desemprego ocasionado pela crise econômica no País acarretou em aumento significativo do número de trabalhadores sem carteira assinada. Em 2019 a informalidade atingiu 24,2 milhões, 5,2% a mais do que no ano anterior. Diante desse contexto econômico de urbanização e desemprego em todo o território nacional, os trabalhadores tiveram que se readaptar, sendo o comércio ambulante de alimentos nas ruas, praças e praias das grandes cidades um nicho de atuação de crescente destaque no País.

A alimentação pode ser definida como uma necessidade vital do ser humano, podendo sofrer interferências sobre questões culturais, sociais, efetivas e econômicas, que ocasionam mudanças nos padrões e hábitos alimentares dos indivíduos (OLIVEIRA et al., 2015). Diante disto, a alimentação e todas as questões que perpassam o alimento tornam-se fonte atrativa e possível de obtenção de renda.

A história do crescimento das grandes cidades possui relação com os vendedores ambulantes de alimentos (MARTINS, 2010). No século XIX, estes trabalhadores eram responsáveis por manter a rotatividade do comércio das regiões centrais de Fortaleza, sendo o facilitador do comércio de produtos para com as famílias da região. Com o crescimento e reestruturações urbanas, esta categoria aos poucos perdeu o seu espaço, sendo marginalizados quando relacionados ao comércio da região e onde o estigma do sujo, incorreto e inadequado à saúde pública desenvolveu-se e persiste até hoje (LIMA, 2018; LOPES, 2015).

O comércio ambulante de alimentos tem como característica a agilidade ao preparar a refeição e a facilidade do consumidor em comprá-lo. Este setor cresce consideravelmente, visto que a população tem interesse em comprar alimentos práticos para o consumo (SANTOS; SILVA, 2019).

Mas em contraparte, esse crescimento desordenado do alimento comercializado nas ruas é alarmante, pois afeta diretamente a saúde pública devido as não conformidades higiênico-sanitárias durante a produção e exposição do produto, proporcionando as Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) (RONCANCIO; QUICAZAN; CARDENAS, 2015). Apesar dos desafios presentes nesta categoria e da discussão da temática em diversos estados, são reduzidas as produções científicas voltadas para análise do perfil dos vendedores ambulantes de alimento em Fortaleza. Diante disso, o objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil dos vendedores ambulantes de alimentos em Fortaleza e identificar as condições higiênicas sanitárias do alimento.

## METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa. Esta se iniciou em março de 2019 e por sua abrangência de temáticas e discussão almeja-se sua extensão para 2020. Será considerado como critério de inclusão as praças localizadas nas Secretarias Regionais da cidade de Fortaleza (SERCE, SER I, II, III, IV, V, VI), onde serão selecionadas as com maior fluxo de pessoas e comércio informal.

A escolha dos ambulantes será de forma aleatória e não estratificada, onde participarão os que concordarem em colaborar com o estudo e com consequente assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os critérios de exclusão serão os estabelecidos conhecidos como “FoodTrucks” em pontos fixos da cidade, estes seguem legislação específica que não se aplica aos vendedores ambulantes de alimento, a Lei N° 10474 de 09/06/2016.

A pesquisa está estruturada em quatro etapas: revisão de literatura, elaboração do projeto, aplicação do questionário quali-quantitativo e análise dos resultados. A primeira etapa consistiu na revisão de literatura iniciada em março de 2019 com recorte de tempo de 2010-2019, intervalo de tempo justificado pela dificuldade na obtenção de produções científicas recentes relacionadas à capital em questão.

As bases de dados utilizadas foram: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com o uso dos descritores “Alimentação Coletiva”, “Manipulação de alimentos”, “Doenças Transmitidas por Alimentos”, “Condições de trabalho”, “Comércio Ambulante e Informalidade”. As produções científicas identificadas servirão de embasamento para análise dos dados obtidos.

A segunda etapa consistiu na elaboração do projeto de pesquisa. Para isso, realizou-se o mapeamento das praças, de acordo com as suas respectivas Secretarias Regionais (SERCE, SER I, II, III, IV, V, VI) identificando as de maior movimento de vendedores ambulantes, fluxo de pessoas, dentre outros. Para esta etapa, foi necessária a abertura de protocolos junto às regionais para autorização e realização da pesquisa nas praças, onde atualmente para o andamento da pesquisa é aguardado o parecer destes espaços.

Obtida as anuências autorizando a realização da pesquisa, o projeto será submetido ao Comitê de Ética do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO, buscando cumprir as especificações éticas e legais acerca de pesquisas com seres humanos contidas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, do Ministério da Saúde.

A terceira etapa será a aplicação do check-list abrangendo dados socioeconômicos do comerciante, além de informações acerca da higiene pessoal, higienização dos utensílios, equipamentos e carrinho, manipulação de alimentos, manejo dos resíduos e se existe trabalho infantil. Com a autorização do Comitê de Ética, a previsão de coleta de dados dessa etapa será entre os meses de março e junho de 2020. Por fim, a quarta etapa consistirá na análise dos dados qualitativos e quantitativos obtidos, onde será identificado os principais características do comércio ambulante de alimentos nas praças de Fortaleza.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos resultados obtidos através da aplicação do check-list adaptado da RDC nº 216, de setembro de 2004 e de Souza et al (2019) abrangendo dados socioeconômicos do comerciante, além de informações acerca da higiene pessoal, higienização dos utensílios, equipamentos e carrinho, manipulação de alimentos, manejo dos resíduos e se existe trabalho infantil, buscará traçar os perfis dos vendedores ambulantes de alimentos na cidade de Fortaleza.

Quais são os alimentos mais comercializados, os principais motivos que levaram estes trabalhadores para essa área, limites e possibilidades da atuação, além de questões socioeconômicas e peculiaridades da comunidade que estão inseridos enquanto trabalhadores.

Além disso, a pesquisa investiga se existem falhas nas condições higiênico sanitárias destes comerciantes, se há fatores que prejudiquem a qualidade dos alimentos contribuindo para a insegurança alimentar e surgimento de DTAs. Em caso positivo, se estes são passíveis de mudanças por meio da implantação de ações e treinamentos de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, os conscientizando dessas ações durante toda a produção e distribuição de seus alimentos.

Acredita-se que as pessoas estão cada vez mais em busca de refeições rápidas e práticas e que a partir disso pode proporcionar riscos à saúde, pois muitas vezes os pratos ficam expostos aos vários tipos de contaminação, entre eles poeira, vento, vetores, dentre outros. Além disso, em grande parte, os produtos não são armazenados na temperatura correta e é comum que a mesma pessoa manipule os alimentos e o dinheiro (SANTOS; SILVA,

2019). Para isso torna-se necessário avaliar quais as condições de trabalho que estes comerciantes se encontram e quais os projetos já existentes visando garantir a capacitação destes profissionais para maior garantia de qualidade do serviço e saúde pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo espera-se traçar o perfil dos vendedores ambulantes de alimentos em Fortaleza-CE, bem como ver as principais conformidades e não conformidades que esse tipo de comércio envolve. Compreender os processos que envolvem este trabalhador inserido na informalidade e sua relação com o alimento como fonte de renda contribuirá para o desenvolvimento de olhar ampliado dos estudantes de Nutrição e demais profissionais da área da saúde.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Italo Wesley Oliveira de; COSTA, Ana Maria Mac Dowell. Práticas higienicossanitárias de vendedores ambulantes de alimentos em um campus universitário de fortaleza, ce. **Hig. aliment**, v. 32, n. 278/279, p. 52-57, 2018.

BEJARANO RONCANCIO, Jhon Jairo et al. Iniciativas, ações e políticas sobre as vendas de alimentos na via pública. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 17-24, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2015000100017&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2015000100017&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. IBGE. **Desocupação cai para 12,3% no ano com recorde de pessoas na informalidade**. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23652-desocupacao-cai-para-12-3-no-ano-com-recorde-de-pessoas-na-informalidade>>. Acesso em: 05 set. 2019.

DE OLIVEIRA, Thaís Helena Nishikata et al. Comércio de alimentos na Universidade de São Paulo: avaliação das condições higiênico-sanitárias e infraestrutura. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 3, n. 4, p. 84-91, 2015. Disponível em: <<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/485>>. Acesso em: 20 agost. 2019

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Lei nº 10474, de 09 de junho de 2016. Regulamenta o exercício das atividades de "food truck", "food bike" e "food cart" no Município de Fortaleza, na forma que indica, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE

MARTINS, Valter. Pelas ruas, de porta em porta. Verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do Império à República. **Revista de História Regional**, v. 14, n. 2, 2010.

LIMA, Martonio Mont'alverne Barreto; CORREIA, Daniel Camurça. Cidadania e trabalho informal na Fortaleza do século XIX. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 1,

p.87-99, 11 jul. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/627>>. Acesso em: 07 set. 2019.

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. Requalificação Urbana no Centro de Fortaleza (CE).

**Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 11, n. 1, p.20-34, jan./jun. 2015. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/18132/13364>>. Acesso em: 07 set. 2019.

RESOLUÇÃO RDC Nº 216, de 15.9.2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas

Práticas para Serviços de Alimentação. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br> Acesso em: 06 set. 2019.

SANTOS, Thays de Jesus Sodré dos; SILVA, Isabella de Matos Mendes da. Características sociais e sanitárias do comércio de comida de rua na perspectiva da segurança dos alimentos. 2019. Disponível em:

<<http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1501/1/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%20Thays%20de%20Jesus%20Sodr%C3%A9%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em 05 set. 2019.

SILVA, Ivo Luis Oliveira; GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de políticas públicas de turismo a partir do estudo etnográfico entre trabalhadores informais da Praia do Futuro em Fortaleza. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 3, n. 3-4, 2015.

SOUZA, Giovanna Carbonera de et al. Comida de rua: avaliação das condições higiênico-sanitárias de manipuladores de alimentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2329-2338,

2015. Disponível em: <[https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232015000802329&script=sci\\_arttext&tlng=es](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232015000802329&script=sci_arttext&tlng=es)> Acesso em 05 set. 2019.